

Carta de
CLAUDIA para
a presidenta
Dilma Rousseff

4 Salários e oportunidades

7 Empreendedorismo

10 Violência em casa

13 Segurança pública

16 Igualdade em casa

19 Saúde para todas

22 Direitos reprodutivos

25 Sustentabilidade

28 Mais mulheres no poder

31 Educação de qualidade

34 Abaixo o preconceito

37 Novas práticas políticas

Caríssima presidenta,

A vitória em 31 de outubro de 2010 não é apenas sua mas também das mulheres e das meninas do país inteiro. O êxito já produz reflexos nos diversos setores da sociedade, que passam a reconhecer e a respeitar ainda mais a força e a capacidade femininas. Sua chegada à Presidência da República e a importância histórica dessa conquista orgulham CLAUDIA, parceira das mulheres em todas as lutas por independência, autonomia e empoderamento travadas nas últimas cinco décadas. Ao completar 50 anos, a revista CLAUDIA preparou esta carta com as principais reivindicações e expectativas femininas, endossando as propostas das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. São pontos importantes, presidenta, para a igualdade de gênero e imprescindíveis para uma nação moderna, mais justa e atenta aos direitos previstos na Constituição Federal. Para elaborar este documento, consultamos entidades da sociedade civil, ONGs, conselhos da condição feminina, especialistas, empresárias, executivas, estudantes, lideranças de movimentos feministas, negras, índias e mais de 3 milhões de brasileiras convidadas por CLAUDIA a enviar sugestões e ideias para a presidenta. Elas querem estar representadas em todas as instâncias onde se tomam decisões e de onde vem a autoridade sobre a sociedade. Governar ouvindo as mulheres e contar com o apoio delas será o primeiro passo para a construção de novas práticas políticas. A parceria tornará o Brasil uma nação mais poderosa. E o seu governo, presidenta, deixará na história da República a marca da mulher. O diálogo está aberto.

Salários e oportunidades

Conquistar a autonomia financeira é um dos grandes desafios das brasileiras. Somos 38,8 milhões de mulheres no trabalho (48,83% da população ocupada), num ciclo crescente de acesso ao mercado. Mas ainda não nos veem como cidadãs plenas; ganhamos menos que os homens. Uma das razões históricas: para equilibrar a dupla jornada, um maior contingente feminino se concentrou em nichos menos valorizados, que exigiam menor carga horária e ofereciam remuneração inferior. Ainda hoje, em funções equivalentes, o contracheque feminino segue menor que o masculino. Esse é um dos aspectos que impedem o Brasil de avançar no *ranking* Desigualdade Global de Gênero (DGG), do Fórum Econômico Mundial, que analisa o desempenho de 134 países em relação às desigualdades de gênero. No DGG de 2010, o Brasil ocupa o 85º lugar da classificação geral – despencou quatro posições em relação a 2009. Considerando apenas a questão salarial, ficamos na 123ª colocação. No Brasil a renda feminina representa 70% da masculina, ou seja, enquanto o salário da mulher é de 861 reais, em média, o do homem é de 1218 reais. A negra recebe cerca de 50% do holerite da branca. Mesmo mais escolarizadas e com qualidades valorizadas no mercado (habilidade para gestão de pessoas e solução de conflitos, por exemplo), avançamos minimamente em postos de poder nas corporações. Nas empresas privadas, somente 20% do comando é feminino. Poucas chegam ao topo da hierarquia, aos cargos de diretoria e presidência.

70% do salário de um homem na mesma função. É o que ganham as mulheres

Propostas

- Políticas de incentivo fiscal para empresas que promoverem equiparação salarial e maior representação da mulher nos conselhos administrativos e nos postos de comando.
- Campanha para sugerir mudanças na cultura corporativa, mostrando que contar com as mulheres é fazer boa gestão e bons negócios.
- Ações, em parceria com empresas e instituições de ensino técnico e superior, para qualificar mulheres para funções mais valorizadas no mercado de trabalho, nas áreas da engenharia e da tecnologia da informação, por exemplo.
- Investimentos em pesquisas para traçar um retrato mais nítido e fiel das desigualdades de gênero, raça e etnia.
- Mensuração do peso do trabalho familiar na hora de estimar Produto Interno Bruto (PIB), como forma de dar visibilidade e conferir valor à dupla jornada feminina.
- Profissionalização da doméstica, que corresponde a 17% da mão de obra feminina e não tem os mesmos direitos de outras categorias.



Muitas chefiam a família e cumprem jornadas triplas. É urgente a igualdade de salários e benefícios

ELIARA FURTADO, FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA, CAMBARÁ (PR)

Empreendedorismo

No Brasil, a mulher é mais empreendedora que o homem. O mesmo não ocorre em países como Alemanha, Bélgica, África do Sul e Argentina, entre outros. A conclusão é da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que traçou a comparação entre os sexos em 54 nações – no Brasil, com apoio do Sebrae. Realizado anualmente há uma década, o estudo comprova evolução significativa: em 2001, o percentual de mulheres era de 29,1% contra 70,9% dos homens. Na GEM 2009, elas os superaram, ascendendo a 53%. Em números absolutos, são 17,4 milhões de brasileiras desenvolvendo algum tipo de negócio. A pesquisa divide os empreendimentos em duas categorias: por necessidade e por oportunidade (as iniciativas com mais chances de vingar, porque são realizadas após planejamento e análise de mercado). Na maioria dos casos, os negócios femininos são iniciados em situação de desemprego ou como alternativa para complementar a baixa renda familiar (inclui-se aqui um grande número de chefes de família, que comandam 35% dos lares do país). Na edição de 2009, pela primeira vez, elas também superaram os homens no quesito negócios por oportunidade. As áreas com investimentos de maior peso: comércio varejista, indústria de transformação, alojamento/hotelaria e alimentação. As dificuldades para prosperar mais citadas foram o longo processo para abrir um negócio; taxas, impostos e custos de produção elevados, o que impede a competitividade no mercado externo; e educação empreendedora insuficiente.

17,4 milhões de mulheres são donas do próprio negócio no Brasil

Propostas

- Diálogo entre o governo federal, estados e municípios para simplificar as atuais exigências legais no processo de abertura e de administração de novos empreendimentos.
- Criação de política nacional específica para fortalecer o empreendedorismo, facilitando o acesso ao crédito.
- Elaboração de programa de incentivo à exportação.
- Medidas para viabilizar a contratação de mão de obra formal (encargos trabalhistas menores para micro, pequenas e médias empresas).
- Reforma tributária estabelecendo carga de impostos diferenciada para micro, pequenas e médias empresas.
- Criação de programas de reforço da educação básica e de capacitação de nível técnico e superior voltada para o empreendedorismo.
- Programas para fortalecer a microempreendedora individual.



Tenho 40 empregados e muita
dificuldade de pagar os tributos e de competir
no mercado

CLEISE LUSQUINOS, EMPRESÁRIA, RIO DE JANEIRO (RJ)

Violência em casa

Há quase cinco anos em vigor, a Lei 11340, que leva o nome da cearense Maria da Penha Fernandes, produziu incontáveis avanços. Mas ainda não estancou a fúria machista que continua matando dez brasileiras a cada dia, em todas as classes sociais. O principal efeito da lei está relacionado à denúncia: com a veiculação de notícias e campanhas na mídia, a população passou a entender que agressões domésticas constituem crime e é obrigação de todo cidadão denunciá-las. As mulheres agredidas também se sentiram encorajadas a apontar seus agressores. Só no primeiro semestre de 2010, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, um serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres –, realizou 340 mil atendimentos. Em 72% dos casos, as mulheres viviam com o agressor; e 70% dos chamados se referiam a ameaças e lesão corporal. Outro fato grave: 239 mulheres foram mantidas em cárcere privado. Após a denúncia, o Estado deveria garantir uma rede de cuidados e de amparo jurídico para a proteção à vítima, o que não ocorre: a implementação da lei se dá de forma lenta e desigual no país. Embora esteja prevista a criação de delegacias especializadas, elas funcionam somente em 397 municípios, 7% do total. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar estão presentes em apenas 274 localidades, e as casas de abrigo, em 262. Para um país com mais de 5 565 cidades, o número é insignificante. O resultado: muitas brasileiras procuram as autoridades, denunciam, não conseguem obter as medidas protetivas e o nome delas acaba nas estatísticas de homicídio.

239 brasileiras foram mantidas em cárcere privado em 2010

Propostas

- Criação efetiva, em todo o país, de Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.
- Mais delegacias de atendimento à mulher em todo o país, com equipamentos, viatura e outros recursos materiais.
- Criação de rede de serviços e proteção social, como núcleos de defensorias públicas especializados, casas de abrigo e centros de referência e atendimento multidisciplinar.
- Capacitação permanente de delegados, policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros, médicos, entre outros profissionais que estão na linha de frente do atendimento às mulheres.
- Capacitação de profissionais do direito que ainda têm visão estereotipada e machista sobre a violência doméstica e familiar, dificultando a aplicação da Lei Maria da Penha.
- Promoção de programas educacionais sobre valores de respeito e dignidade da pessoa humana, observando a perspectiva de gênero.



Sugiro ampliar os centros de
reabilitação do agressor e dar maior atenção
às vítimas

SHIRLEY PINHEIRO, ADVOGADA, SÃO PAULO (SP)

Segurança pública

As mulheres são mais vulneráveis, segundo as estatísticas, a assaltos, sequestros, sequestros relâmpagos e ainda sofrem com as ameaças que pairam sobre os filhos. No último ano, quase 50 mil crianças estavam na lista de desaparecidos, a maioria vítima de rapto. No Brasil, são assassinados 13 adolescentes, entre 12 e 18 anos, por dia, quase 5 mil em 12 meses. Esses crimes representam 45% das mortes dos jovens nessa faixa. Grande parte dos casos é fruto do casamento entre tráfico de drogas e de armas e a paralisia do Estado. A ameaça atinge todas as classes sociais, embora meninos negros e da periferia sejam os principais alvos. O Índice de Homicídio por Adolescente (IHA), criado para expressar, num universo de mil pessoas, a quantidade de adolescentes que, tendo chegado aos 12 anos, não alcançarão os 19, traz uma revelação assustadora: de 2007 até 2013 serão mortos 33 mil garotos se não houver um sistemático enfrentamento da violência no país. O IHA, publicado em dezembro de 2010, foi medido em 266 cidades com mais de 100 mil habitantes, e mostra ainda que a morte de jovens cresce até em lugares que há uma década eram pouco associados à violência, como Imperatriz (MA), agora colocada entre as 20 localidades de maior risco para a juventude. As cidades de fronteira viveram uma explosão: Foz do Iguaçu (PR) tem o mais alto IHA – quase 12 meninos mortos a cada mil habitantes –, seguida de Cariacica (ES), Olinda (PE) e as capitais Recife e Maceió. O estudo é de responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência, do Unicef, do Observatório de Favelas e do Laboratório de Análise da Violência da Uerj.

33 mil jovens serão mortos até 2013 se o tráfico de drogas não for combatido

Propostas

- Ampliação de investimentos em programas de complementação de renda para os setores mais desfavorecidos; programas que aumentem a qualidade da educação e ofereçam oportunidade de futuro para os adolescentes de áreas de risco. Foco nas prioridades da Ação Social Criança e Adolescente.
- Adoção de política de enfrentamento do crime organizado e do tráfico de drogas, de armas e de pessoas, articulando os esforços nas esferas federal, estadual e municipal.
- Criação de um cadastro nacional de crianças desaparecidas.
- Valorização de policiais civis e militares, com melhores salários; apoio à saúde física e mental das tropas; disponibilização de viaturas e equipamentos; treinamento especializado para lidar com o cidadão de forma respeitosa e humana.
- Ênfase no policiamento comunitário e preventivo.
- Ampliação de equipes de inteligência nas polícias.
- Maior fiscalização nas fronteiras brasileiras.
- Campanhas pelo desarmamento. Apreensão de armas de fogo irregulares e clandestinas, uma vez que 90% dos homicídios são cometidos com revólveres e pistolas, quase todos em situação irregular.
- Para diminuir os riscos urbanos: melhor iluminação nas vias públicas, reurbanização de favelas e bairros periféricos nas grandes metrópoles; maior rede de transporte coletivo.



Escola boa e atenção social tirariam os meninos do crime. A cadeia deve reeducar o homem para a sociedade ROSA ROMEIRO, ARQUITETA, BELÉM (PA)

Igualdade em casa

Os estereótipos de gênero ainda ditam as regras em muitas famílias brasileiras. Sobram para as mulheres os cuidados com casa, filhos, animais, idosos e doentes. Elas encontram prazer na relação com aqueles que amam, mas o excesso de atividades da rotina doméstica corrói o tempo que teriam para estudar, reciclar-se, divertir-se e destacar-se na profissão, na sociedade, na vida pública. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), nos últimos dez anos o percentual de mulheres que contribuem para a renda familiar saltou de 39,1% para 64,3%. As mulheres de dupla jornada representam 87,9%, contra 46,1% dos homens. Mais: elas dedicam 20,9 horas semanais ao universo doméstico, eles gastam apenas 9,2 horas, muitas vezes no que chamam de atividades lúdicas, como lavar o carro e dar banho no cachorro. Não há por parte da sociedade uma compreensão da maternidade como função social e o reconhecimento de que a responsabilidade do homem é a mesma da mulher quanto ao desenvolvimento e à educação dos filhos. E, claro, o funcionamento da casa é de competência do casal. Mas ainda pesa sobre ela o estigma de cuidadora exclusiva.

20,9 horas semanais ainda são gastas com as excessivas tarefas domésticas

Propostas

- Ampliação da rede de creches (só na capital paulista há 125 mil crianças sem creche) e escolas de qualidade em tempo integral, que, além de ser um direito da criança, é uma alternativa para a mãe ingressar e se manter no mercado.
- Estudos para a criação de uma lei que conceda aos homens o direito à licença-paternidade, com a possibilidade de dividir com a mulher a licença-maternidade expandida.
- Projetos para a criação de serviços de assistência aos idosos e também aos portadores de deficiência.
- Investimentos em educação e em campanhas para mudar a mentalidade da sociedade em relação à figura da mulher como cuidadora exclusiva no âmbito doméstico.



O governo deve fazer campanhas para mudar a cultura de que só a mulher deve lidar com a casa

ROSE DEGELO, ADMINISTRADORA, SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Saúde para todas

A jornada dupla leva ao sedentarismo e ao stress, o que provoca doenças cardiovasculares (infarto e derrame), as campeãs de mortalidade feminina, seguidas do câncer. O fumo agrava a situação – o risco de enfartar cresce seis vezes entre as mulheres e três entre os homens. Entre os tumores, os mais agressivos são os de mama e colo do útero. Desde 2009, uma lei determina mamografia gratuita acima de 40 anos. Mesmo assim, ao longo de 2010 terão ocorrido 12 mil mortes por câncer de mama. As razões: falta de consciência sobre a importância do diagnóstico precoce e baixo acesso ao exame no SUS (na paulista São José do Rio Preto, por exemplo, a espera chega a nove meses) e ao tratamento. A aids cresce entre as brasileiras, incluindo as de parceiro fixo. Homens foram mais infectados: 385 815, de 1980 a junho de 2010, contra 207 080 mulheres. O Ministério da Saúde fala em feminização da epidemia, já que a diferença de números entre os sexos é cada vez menor. Em dez anos, a proporção de mulheres para cada homem caiu de 6 para 1,6. A maior vergonha nacional é a mortalidade materna. Nos países ricos o índice oscila entre 6 e 20 mulheres mortas por 100 mil nascidos vivos. Aqui, perdemos 75 mulheres. Cuidados simples, como medir a pressão arterial, evitariam 92% dos óbitos causados por hipertensão, hemorragia, infecção puerperal e aborto. Não atingimos as recomendadas sete consultas de pré-natal, que detectariam pré-eclâmpsia e diabetes. A morte materna ocorre também por despreparo profissional nas emergências e falta de leitos.

12 mil mulheres morreram de câncer de mama em 2010

Propostas

- Ampliar e melhorar a qualidade do atendimento pré-natal e perinatal. Atenção especial às negras, que apresentam maior tendência à hipertensão arterial. Elas também devem passar por aconselhamento genético para estimar o risco de transmissão de anemia falciforme ao bebê e receber orientação sobre possíveis prejuízos que esse problema causa à gravidez.
- Fortalecimento dos Comitês de Estudo e Prevenção à Morte Materna; estimular os municípios a aderir ao Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.
- Campanhas de sensibilização da opinião pública para enfrentar a feminização da aids, com ênfase no uso de preservativos (somente 17,8% das casadas o adotam). Ações de prevenção sob a ótica feminina. Financiamento de estudos e de pesquisas para tratamento da doença em mulheres. Ampliação de oferta dos serviços de diagnóstico voluntário e confidencial.
- Investimento em educação sexual para adolescentes, com atenção especial à prevenção da gravidez e da aids.
- O governo deve cumprir a lei facilitando o acesso à mamografia e aos exames preventivos de câncer ginecológico.



Não há nada mais doloroso que
querer socorrer alguém e não achar vaga nos
hospitais

IDILENE ORTIZ, CORRETORA DE IMÓVEIS, SÃO PAULO (SP)

Direitos reprodutivos

A maternidade é uma escolha, não um destino. Temos o direito de decidir o tamanho da família que queremos e de controlar nossa capacidade reprodutiva. No Brasil, cresce a ênfase no planejamento familiar, que reduziu a taxa de fecundidade para 1,8 filho por mulher; o SUS patrocina laqueadura de trompas, vasectomia, pílulas anticoncepcionais, injetáveis e de emergência e DIU. Mas há entraves. A Lei do Planejamento Familiar (Lei 9263, de 1996), que resguarda esses direitos, tem sido desrespeitada especialmente no que se refere à esterilização por funcionários públicos e profissionais de saúde, sob a alegação de valores filosóficos ou religiosos. No Estado laico, a conduta é inadmissível. Outro problema grave é o aborto inseguro (praticado anualmente por um milhão de brasileiras), que leva a complicações responsáveis pela segunda maior causa de internação em idade reprodutiva. Segundo o Ministério da Saúde, o aborto ocasiona 15% dos casos de mortalidade materna (a quarta causa de morte feminina). Só em 2009 foram realizadas no SUS 183,6 mil curetagens. A lei que criminaliza o aborto é de 1940 – comparável à legislação de países como Haiti, Paraguai e Afeganistão – e só permite a interrupção em caso de estupro ou risco de morte para a mulher. Mas apenas 138 hospitais públicos, de capitais e grandes cidades, realizam o aborto legal. Na maioria dos municípios, a mulher não conta com apoio do Estado nem nos casos previstos no Código Penal.

15% dos casos de mortalidade materna são provocados por abortos inseguros

Propostas

- Ampliação de programas de educação sexual e reprodutiva, com pleno acesso aos anticoncepcionais e às pílulas de emergência.
- Intensificação de campanhas de orientação a adolescentes, discussões multidisciplinares na escola e nos postos de saúde acerca da autonomia sobre o próprio corpo, da prevenção da gravidez precoce, do uso de preservativos e de doenças sexualmente transmissíveis.
- Ampliação da rede de hospitais públicos que realizem aborto legal em cidades menores e na zona rural; criação de programa preventivo para redução de riscos e danos ocorridos no abortamento clandestino. As medidas diminuiriam as mortes de mulheres.
- Aprovação pelo STF do aborto de anencéfalo.
- Debates sobre a flexibilização da lei que criminaliza o aborto.



É preciso que respeitem nossas escolhas. O aborto malféito deixa sequelas ou mata

SANDRA DE CASTRO, PRODUTORA CULTURAL, CURITIBA (PR)

Sustentabilidade

Quemos que nossos filhos, netos e as gerações futuras vivam em condições ambientais saudáveis. Para isso, é essencial o compromisso com o desenvolvimento sustentável, uma questão que não se resume a preservar florestas e à biodiversidade. Os desafios estão também no meio urbano. Basta ver os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável divulgados no fim de 2010 pelo IBGE. O estudo revela que 43% das casas brasileiras são inadequadas. Não contam com um ou mais dos itens básicos: serviço de coleta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede coletora ou fossa séptica e, no máximo, dois moradores por quarto. A falta de esgoto atinge 26,8% das residências. A ausência de saneamento básico é um risco para a saúde dos habitantes dessas moradias e da população em geral, já que pode poluir rios e mananciais de abastecimento. A poluição do ar também preocupa. Embora o monóxido de carbono – que era uma das principais ameaças ao meio ambiente – esteja, em parte, controlado, o gás ozônio ainda permanece comprometendo o ar que respiramos. Ele oferece sérios riscos à saúde. Segundo especialistas, o efeito que provoca em uma criança, por exemplo, é semelhante ao prejuízo que ela sofre quando vive em uma casa onde os pais, fumantes, consomem 40 cigarros por dia. Nos grandes centros urbanos, os veículos são os principais responsáveis pela alta concentração de ozônio. Nas áreas de florestas, como a amazônica, esse poluente está relacionado às queimadas.

43% das residências brasileiras são inadequadas; 26,8% não têm esgoto

Propostas

- Levar o serviço de coleta de esgoto a todos os lares brasileiros. Especialistas avaliam que, ao longo de dez anos, seriam necessários 200 bilhões de reais para promover essa melhoria.
- Criação de mecanismos para maior controle das queimadas não apenas na região amazônica mas também em outras áreas onde essa prática é comum, como o cerrado brasileiro.
- Implantação da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que, em 2009, estendeu a obrigatoriedade de inspeção veicular a todo o Brasil. Em São Paulo, a inspeção é realizada desde 2008 pela prefeitura e tem como objetivo minimizar a emissão de poluentes pelos veículos. Em cidades com frota inferior a 3 milhões de veículos, a responsabilidade pelo controle deve ser do governo federal e dos estados.
- Investimentos em transporte coletivo de alta capacidade e não poluidor, como o metrô, nas regiões metropolitanas do país.
- Maior controle sobre o desmatamento de florestas e do cerrado.
- Estudos para viabilização do crescimento econômico do país respeitando a qualidade do ar, da água e da terra.



O governo deve desenvolver o país,
produzir energia, fazer estradas... sem destruir
o meio ambiente

GABRIELA LUZ, FISIOTERAPEUTA, UBERLÂNDIA (MG)

Mais mulheres
no poder

O eleitorado reconheceu que a mulher é competente para a vida pública – temos parte importante nessa conscientização. Mas as candidaturas femininas para o Legislativo não conseguiram se comunicar com os brasileiros. Embora no primeiro turno os eleitores tenham dado 68 milhões de votos (2/3) às duas mulheres que disputaram o Palácio do Planalto – derrubando a máxima de que homem não vota em mulher –, o número de eleitas deixou a desejar, se comparado ao pleito anterior. Sagraram-se vitoriosas apenas duas governadoras (em 2006 foram três), 45 deputadas federais, como na legislatura passada, e 12 senadoras contra 11. Sinal de que os partidos, mais uma vez, não estenderam a elas o dinheiro arrecadado para as campanhas – preferiram continuar investindo nas candidaturas masculinas. A minirreforma eleitoral aprovada em 2009 não surtiu efeito: apenas 17% dos partidos cumpriram a determinação de registrar 30% de candidatas. Além disso, elas continuaram aparecendo menos na propaganda eleitoral do rádio e da TV. Mas a força simbólica de uma mulher no poder central, somada às ações e políticas públicas que Dilma Rousseff priorizar, será fundamental para o empoderamento de outras mulheres. Isso pode garantir que, já nas eleições municipais de 2012, quando o voto feminino completará 80 anos, uma quantidade expressiva de brasileiras conquistem mais prefeituras e mais cadeiras nas câmaras municipais.

83% dos partidos desobedeceram a lei e não apresentaram 30% de candidatas

Propostas

- Reforma eleitoral que inclua punição aos partidos/coligações que descumprirem a regra que prevê o registro de 30% de candidaturas femininas, destinação de 10% do tempo de rádio e TV a elas e 5% da verba partidária para capacitação das mulheres. A reforma deve estabelecer paridade no Parlamento. Em alguns países, são reservadas 30% das cadeiras da Câmara e do Senado para as mulheres – afinal, todos os avanços que as mulheres pretendem dependem de lei. E, no Brasil, quem faz as leis são os homens.
- Incentivo às prefeituras para criação de estruturas (secretarias ou conselhos municipais) dedicadas ao empoderamento da mulher, ao diagnóstico e ao monitoramento dos principais problemas de gênero. Dos 5 565 municípios brasileiros, apenas 1043 possuem essas estruturas. Nesse tema, o governo federal poderia estabelecer parcerias com organizações, como o Instituto Avon, que já assessorou mais de 20 municípios treinando gestores para esse fim.



Ensino às alunas que podemos
buscar o poder, tema que deveria ser debatido
em toda escola SANDRA BERRO, PROFESSORA, JUNDIAÍ (SP)

Educação de qualidade

O principal capital de um país é o humano. As mulheres sabem disso e usam, entre outras armas para brigar por espaço no mercado de trabalho, a formação intelectual. Em média, elas têm escolaridade maior que a dos homens – 8,8 anos contra 7,8. Também ocupam 57,12% das vagas nos cursos superiores, mestrados e doutorados. Mas a qualidade da educação básica que o país oferece às nossas crianças preocupa. Na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), divulgado em dezembro de 2010, o Brasil ficou em 53º lugar em leitura e ciências e em 57º em matemática. Aplicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o exame verifica as condições educacionais em 65 economias do mundo. Estamos bem longe dos primeiros colocados – Xangai, Coreia do Sul e Finlândia. No Brasil, de cada cem crianças que ingressam no Ensino Fundamental, apenas 36 concluem o Ensino Médio. Ou seja, do começo do Fundamental ao fim do Médio, a evasão é de 64%. A baixa qualidade leva a um ciclo vicioso: a escola ensina pouco, a criança nada aprende, repete anos seguidos até que, desestimulada, abandona a sala de aula. Também faltam cursos técnicos. Além do conteúdo formal, o sistema deve oferecer orientação sobre cidadania, com educação não sexista, inclusiva, que fomente novo pensar voltado para a igualdade e o respeito humano.

64% das crianças desistem de estudar antes de concluir o Ensino Médio

Propostas

- Atenção à agenda do Movimento Todos pela Educação, que reúne diversos segmentos da sociedade, para o qual é necessário cumprir cinco metas: totalidade das crianças de 4 a 17 anos na escola; elas devem estar plenamente alfabetizadas até os 8 anos; seguir com aprendizado adequado a sua idade e série; todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; e ampliar e gerir melhor os investimentos em educação.
- Reformulação dos parâmetros curriculares, incluindo a valorização dos direitos humanos universais. A formação deve ser inclusiva e não sexista, incorporando no currículo a perspectiva de gênero, raça e etnia em todos os níveis, a começar pela educação infantil.
- Valorização dos professores, formação adequada e permanente, oferecimento de mais atrativos para a carreira e melhores salários.
- Ampliação da rede nacional de escolas.
- As provas aplicadas para medir o nível da educação, além de orientar políticas públicas, devem servir de informação para que professores e gestores de escolas aperfeiçoem as práticas pedagógicas.
- Apoio ao ensino técnico com ampliação de oferta de vagas nessa área. Realização de campanhas para que os jovens passem a considerar a importância das carreiras técnicas para o crescimento da indústria, do comércio, da construção civil, do turismo.



Humanizem a escola com bons livros,
aconchego, mesa farta, mestres motivados e
tempo integral

NIUVA MOURA, PROFESSORA, TAGUATINGA (DF)

*Abaixo o
preconceito*

O Brasil é o país que mais consome remédios para emagrecer e ocupa o segundo lugar em realização de cirurgias plásticas. Esse é um sintoma claro de que a busca do corpo perfeito inquieta as mulheres e faz muitas se sentirem diminuídas por não atingirem o padrão das passarelas. A valorização excessiva da beleza física contribui para o aprisionamento da mulher a um só padrão estético e cria um grave problema social que envolve distúrbios de imagem corporal e desencadeia doenças emocionais. Os estereótipos mais reforçados são os de mulher que só se realiza com o casamento e a maternidade; que usa o corpo para obter favores; que se submete ao homem. As negras denunciam que setores da mídia reforçam a imagem de que são mulheres de segunda categoria, para quem não há espaço no trabalho ou no noticiário de assuntos positivos. Ainda pesa no imaginário masculino, principalmente fora do Brasil, que negras e mulatas são mercadorias de exportação. Lideranças indígenas relatam que as índias incorporaram ao longo de séculos a imagem de que mulher apanha calada, aceita o incesto, o assédio e o abuso dos homens da aldeia. Elas sofrem essas agressões, mas não denunciam. E quando deixam sua terra e vão para a área urbana, amargam o estereótipo de incapazes, despreparadas e inferiores. As lésbicas e bissexuais também lutam contra a violência, o desrespeito e as dificuldades que enfrentam numa sociedade que guarda o ranço patriarcal. Por tudo isso, é urgente enfrentar a questão do preconceito e das imagens estereotipadas em relação à condição feminina.

O governo tem de mudar no exterior a imagem de que a negra só sabe sambar, e a brasileira é objeto sexual

ANA AUGUSTO, COMERCÍARIA, BAGÉ (RS)

Propostas

- Realização de campanhas em parceria com os meios de comunicação pela cultura da diversidade, desconstruindo a visão machista, sexista, racista e homofóbica. Também cabe estimular a escola e a família a participarem desse processo de mudança de mentalidade em relação ao papel e à imagem das mulheres.
- Os servidores públicos devem ser treinados para atender com dignidade afrodescendentes, moradoras da zona rural, profissionais do sexo, portadoras de necessidades especiais, lésbicas, índias e mulheres das camadas mais vulneráveis.
- Ampliar o debate sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo para possibilitar a aprovação do projeto que trata do tema e que está parado no Congresso há mais de uma década.

 Não bastam leis. Sem educação adequada, jovens seguirão espancando gays, desrespeitando lésbicas JULIANA SOBRAL, BAILARINA, SÃO PAULO (SP)

Novas práticas políticas

O Brasil já elegeu uma presidenta. A expectativa da nação vai além: ter uma mulher com o poder nas mãos. Que seja capaz de uma administração moderna, equilibrando avanço econômico e desenvolvimento social e mantendo a inflação sob controle. Que ela inaugure novas práticas para o mundo político, até aqui dirigido pelos homens sob códigos muitas vezes rotos. A presidenta reúne condições para isso. Conta com nosso respaldo para conduzir o processo político negociando com o Congresso Nacional, com as bases aliadas e opositores, sempre no limite da ética. Conta também com nosso apoio para zelar pela liberdade de imprensa e para defender a laicidade do Estado. Tem nossa aquiescência para agir contra o erro e o malfeito. Assim, ao longo de seu governo esperamos não ouvir sobre corrupção, clientelismo, fisiologismo, compadrio, desvio de recursos ou malversação do dinheiro público. A ONG Transparência Internacional demonstrou em outubro passado que a percepção de corrupção no Brasil é alta. Obtivemos a pontuação de 3,7 numa escala de zero a dez. Quanto mais próximo do zero, maior o nível de percepção da corrupção. Segundo a organização, o país chegou a subir algumas posições, quando comparados os *rankings* anteriores, passando de 75º lugar em 2009 para 69º em 2010. A entidade reconhece avanços no combate à prática, como a Lei da Ficha Limpa, que impede a eleição de políticos sujos, e a Lei Complementar 131, que obriga a União, os estados e os municípios a colocarem suas contas na internet. Neste governo, esperamos avançar muito mais.

A mulher é mais transparente e direta. A presidenta pode levar essas qualidades para o governo LUCIA SARNO, ADVOGADA, BRASÍLIA (DF)

Propostas

- A gestão deve ser transparente, com medidas e decisões do governo abertas ao conhecimento da opinião pública.
- As contas públicas devem estar abertas ao controle da sociedade.
- O governo deve intensificar a articulação entre os órgãos de combate à corrupção: Controladoria-Geral da União, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal e Tribunal de Contas da União.
- A fiscalização deve ser antecipada para prevenir esse tipo de crime.
- Máquina pública boa é a enxuta, eficiente, com gastos reduzidos.
- O Orçamento da União precisa se tornar mais claro e de fácil compreensão para que o cidadão possa acompanhá-lo. Uma sugestão: criar o orçamento de gênero. Todos os ministérios deveriam discriminar os valores previstos para cada ação destinada às mulheres com a respectiva execução dessas verbas.
- Maior atenção à paridade na composição dos ministérios e diretorias de empresas e órgãos da esfera federal. Mais mulheres no comando garantirão as novas práticas.



Espero pelo fim da corrupção. Que funcionalismo e os governantes sejam sempre fiscalizados

GISELE MATIAS, AGENTE ADMINISTRATIVA, RIO DE JANEIRO (RJ)

Apoiam
esta carta

Silvia Pimentel, presidenta do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), da ONU, membro e cofundadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR)

Jacira Vieira de Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia

Maria da Penha Fernandes, militante pelos direitos humanos

Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas, Bahia

Maria José Rosado, coordenadora-geral de Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil

Nilza Iraci, presidenta do Geledés – Instituto da Mulher Negra

Eliane Pinheiro Belfort Mattos, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social, vice-presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Luislinda Dias de Valois Santos, juíza, membro da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), vencedora do Prêmio CLAUDIA 2010

Rubia Abs da Cruz, advogada e coordenadora-geral da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas

Nádia Rebouças, diretora-geral da Rebouças & Associados

Jocelia Grazia, professora titular do Departamento de Zoologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Diza Gonzaga, presidenta da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, Prêmio CLAUDIA 2010

Maria Helena Brandão Vilela, diretora executiva do Centro de Estudos da Sexualidade Humana do Instituto Kaplan

Lilian Prado, diretora executiva da Empreendedora Social Ashoka e Acreditar – Capital Humano e Transformação Social

Adele Schwartz Benzaken, diretora-presidente da Fundação Alfredo da Matta

Iva Carneiro Leão Barros, professora associada do Departamento de Botânica, Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco

Leonora Michelin Laboissière Mol, diretora-presidente da Associação Ateliê de Ideias

Fatima Maria de Souza Moreira, professora do Departamento de Ciência do Solo da Universidade Federal de Lavras

Eneida Agra Maracajá, presidenta do Solidarium – Instituto de Arte, Cultura e Cidadania, diretora do Festival de Inverno de Campina Grande, vencedora do Prêmio CLAUDIA 2010

Vera Lucia Lacerda da Silva, presidenta do grupo Ara Ketu de Salvador, Bahia

Telia Negrão, secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Elza Maria Campos, coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres

Eliana Bussinger, escritora

Kelly Kotlinski Verdade, gerente de Projetos ELAS – Fundo de Investimento Social

Silvana Veríssimo, tecnóloga ambiental, Fórum Nacional de Mulheres Negras

Adriana Barbosa, fundadora do Instituto Feira Preta

Vera Golik, diretora do Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres

Sueli Batista dos Santos, primeira vice-presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil, membro do Conselho Superior da BPW Cuiabá

Themis Reverbel da Silveira, professora da Faculdade de Medicina da UFRGS e da Faculdade Luterana, chefe de Gastroenterologia e Pediátrica e coordenadora de Transplantes Hepáticos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, colaboradora do CNPq, Prêmio CLAUDIA 2010

Leila Linhares Barsted, advogada, coordenadora executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação Cepia

Ana Maria Pereira dos Santos, coordenadora-geral do Fórum Municipal de Educação de São Paulo, Fórum do Deficiente e Promotora Legal Popular

Jorgete Leite Lemos, assistente social, membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Recursos Humanos de São Paulo, diretora adjunta do Instituto Brasileiro da Diversidade

Beatriz Dolabela de Lima, professora associada, chefe do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília

Analba Brazão, coordenadora do Coletivo Leila Diniz

Maria Goretti Gomes, da Liga Brasileira de Lésbicas e Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes do Rio Grande do Norte

Debora Teixeira de Oliveira Mainardi, médica, responsável pelo setor de convênios e particulares do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, diretora do Comsaude/Fiesp

Vanessa Rouvier, diretora de Responsabilidade Socioambiental da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje), conselheira do Cores CNI, presidente do Conselho Estadual do Jovem Empresário (Conjove) ACRJ

Maria Cristina de Oliveira Reali Esposito, advogada, coordenadora do Curso de Direitos da Mulher e do Curso sobre a Tutela Jurídica da Lei de Violência Doméstica da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo

Ana Emilia Iponema Brasil Sotero, presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso

Eliane Greice Davanço Nogueira, professora doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Rosa Ramos, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo

Vera Val, pesquisadora do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

Sandra Soares Costa, sócia-diretora do Laboratório Sabin

Maria Cristina Marques Almeida, presidenta do Instituto Evoluir, de Blumenau

CLAUDIA

Diretora de Redação Cynthia Greiner

Diretora de Arte Cida Junqueira

Redatora-Chefe Sibelle Pedral

Coordenação e Edição Patrícia Zaidan

Reportagem Iracy Paulina

Colaboraram Isabella D'Ercole
e Cláudia Bueno Franco

Editora de Arte Marli Miler

Designer Claudia Simone Fukunaga

Revisor Anderson Félix Nunes

CLAUDIA ON-LINE

Editora Claudia Maximino
www.claudia.com.br

Redação e correspondência

Av. das Nações Unidas, 7 221 - 16º andar -
Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05425-902.

Tel.: (11) 3037-2000

EDITORA  **Abril**